

Código do Projeto: 2016/1

## IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

**NOME DO PROJETO:** IMPLANTAÇÃO DO PJE NO TST – EXPANSÃO COMPLETA

**DEMANDANTE:** PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

**DATA DA DEMANDA:** MARÇO/2016

**MOTIVADOR:** TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 51/2010 (ENTRE O CNJ, O TST E O CSJT), RESOLUÇÃO DO CSJT N° 136/2014, ATO SEGJUD.GP N° 116/2013, ATO.GP N° 207/2014 E ATO N° 213/2014 (INSTITUI O COMITÊ GESTOR DO PJE-JT E O GRUPO DE APOIO EXECUTIVO), RESOLUÇÃO DO CNJ N° 185/2013 (INSTITUI O PJE), INTIMAÇÃO DO CNJ DE MAIO/2016 (DETERMINANDO APRESENTAÇÃO DE PLANO E CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PJE), TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 10/2016 (ENTRE CSJT E CNJ).

**PATROCINADOR:** MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO - PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

### **SUPERVISOR DO PROJETO:**

**TITULAR:** MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE - COORDENADOR DO COMITÊ GESTOR DO PJE NO TST

**SUBSTITUTO:** JUIZ MAXIMILIANO PEREIRA DE CARVALHO - MEMBRO DO COMITÊ GESTOR DO PJE NO TST

### **GERENTE DO PROJETO:**

**TITULAR:** FRANCISCO HENRIQUE MENDONÇA NINA CABRAL - COORDENADOR DE PROCESSO ELETRÔNICO DO TST

**SUBSTITUTO:** LEANDRO COSTA DE OLIVEIRA - COORDENADOR SUBSTITUTO DE PROCESSO ELETRÔNICO DO TST

Este relatório visa apresentar a situação momentânea e atual do projeto de implantação do PJe no TST.

## 1. PERÍODO DE REFERÊNCIA

De 11/03/2017 a 10/04/2017

## 2. SUMÁRIO EXECUTIVO

### 2.1. PRAZO

Data de início previsto	Data de início real	Data de conclusão prevista	% de conclusão
10/10/2016	10/10/2016	15/12/2017	38%

As atividades do projeto encontram-se dentro do prazo planejado?

SIM (x) NÃO ( )

O prazo final do projeto encontra-se comprometido? SIM ( ) NÃO (x)

### 2.2. ORÇAMENTO

Orçamento total planejado para o projeto	Orçamento total planejado até a data final do período de referência	Orçamento executado até a data final do período de referência

O projeto encontra-se dentro do orçamento planejado? SIM ( ) NÃO ( )

### 2.3. ESCOPO

Produtos planejados até a data final do período de referência	Produtos aceitos
<b>Plano de implantação do PJe</b>	-
<b>Execução das etapas de implantação do sistema</b>	-
<b>Definições da Administração para cada etapa</b>	-
Definições para a etapa da Presidência (não-conhecimento e regularizações processuais)	X
<b>Ajustes na Consulta Processual</b>	-
Disponibilização em ambiente de produção	X
<b>SDI-2 (Recursais)</b>	-
Definição do fluxo do PJe	X
Definição das parametrizações	X
Configuração do fluxo em ambiente de homologação	X
Levantamento de requisitos de TI (navegador Mozilla e versão do Java)	X
Levantamento de requisitos administrativos (certificado digital, leitor de certificado digital)	X
Levantamento do arcabouço normativo da competência	X
Ação de comunicação (externa)	X

## Relatório de Acompanhamento do Projeto - RAP

Preparação e publicação das alterações normativas	X
<b>SDI-2 (Originárias)</b>	-
Definição do fluxo do PJe	X
Definição das parametrizações	X
Configuração do fluxo em ambiente de homologação	X
Levantamento de requisitos de TI (navegador Mozilla e versão do Java)	X
Levantamento de requisitos administrativos (certificado digital, leitor de certificado digital)	X
Levantamento do arcabouço normativo da competência	X
Ação de comunicação (externa)	X
Preparação e publicação das alterações normativas	X

### COMENTÁRIOS:

- A consulta processual passou por ajustes e foi disponibilizada no ambiente de produção.
- O fluxo do PJe que será implementado tem como premissa ser o mais semelhante possível do fluxo utilizado pelos Tribunais Regionais, no sentido de viabilizar a utilização com menor índice de impactos e problemas técnicos, além de prever um fluxo não tão específico para a SDI-2, uma vez que a intenção é utilizar um fluxo padrão que seja aproveitado pelos demais órgãos judicantes colegiados. O fluxo adaptado à realidade do TST foi apresentado e validado pelos representantes das unidades.
- As definições para parametrizações foram realizadas e são suficientes para configurar o ambiente de homologação e, posteriormente, serão replicadas para o ambiente de produção.
- Os requisitos de TI foram repassados às unidades para que providenciem junto à SETIN as configurações necessárias dos computadores para o perfeito funcionamento do sistema PJe.
- Foi repassado às unidades a necessidade de emissão dos certificados digitais para os servidores que utilizarão o PJe.
- No dia 29 de março de 2017, foi publicado o [Ato nº 139/SEGJUD.GP](#) que dispõe sobre a implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) no âmbito da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho. O material informativo também está disponível no [site do TST](#).

### 3. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES DO PROJETO

ITEM	SIM	NÃO	INDICAÇÕES/OBSERVAÇÕES/ JUSTIFICATIVAS
EXISTEM PROBLEMAS DE QUALIDADE NOS ENTREGÁVEIS?		X	
A EQUIPE ENFRENTA PROBLEMAS PARA REALIZAR AS ATIVIDADES PROPOSTAS?		X	
EXISTEM PROBLEMAS NO GERENCIAMENTO DOS RISCOS?		X	
EXISTEM OUTRAS QUESTÕES CRÍTICAS?		X	

### 4. OBSERVAÇÕES

A assinatura do convênio entre TST e CEF para emissão dos certificados digitais foi realizada. Os certificados já estão sendo emitidos normalmente.

### 5. ASSINATURAS

<b>GERENTE DO PROJETO</b>	<b>BRASÍLIA-DF, 10/04/2017.</b>  <b>ASSINATURA:</b>
<b>SUPERVISOR DO PROJETO</b> (Substituto) Dr. Maximiliano Pereira de Carvalho	<b>BRASÍLIA-DF, 10/04/2017.</b>  <b>ASSINATURA:</b>